

Resenha - A "Europa dos Pobres" a belle époque mineira

Ignácio Godinho Delgado

O pensador mexicano Leopoldo Zea advertia, certa feita, que uma das heranças nefastas da não recepção de Hegel na cultura latino-americana é sua incapacidade de criar uma tradição cultural¹. Como o devir cultural no continente se faz através de rupturas bruscas, sem um conveniente diálogo com as produções anteriores, *sem superação*, há um afã incontrolado pela perspectiva do novo, que boa parte das vezes novo não é, trata-se ou de mero mimetismo cultural, ou reedição de velhas temáticas e abordagens que não se beneficiam do contato com produções passadas, por se inebriarem com a contemplação de sua suposta novidade. Este padrão comum à elaboração das ciências humanas por estas paragens atinge, também, a definição dos temas que são tratados como relevantes em nossa produção historiográfica. É espantosa a pequena presença de objetos como o empresariado, militares, intelectuais, o esvaziamento da história econômica e da referência às estruturas sociais mais amplas na produção historiográfica brasileira recente, em contraste com a multiplicação de estudos que recusam a dimensão macro-explicativa e instauram novos objetos. Nenhuma objeção à proliferação de tais estudos. O problema começa quando eles passam a configurar uma nova ortodoxia, como adverte Renato Janine Ribeiro, ou, mais grave ainda, definem de forma exclusivista o novo *lugarda* produção historiográfica, interditando outros discursos não afinados com a perspectiva que desenham². Não se trata apenas de reclamar um saudável pluralismo nas ciências sociais, mas ressaltar que a ausência de um *debate sistemático com a produção historiográfica brasileira* que precede os novos enfoques, reitera a deformação apontada por Zea.

Neste sentido, a publicação da obra de Maraliz de Castro Vieira Christo - *A "Europa dos pobres": A Belle époque mineira.*, Juiz de

1 ZEA, L. *El pensamiento Latinoamericano*, s. n. t.

2 Ribeiro, R. J. "O risco de uma ortodoxia", in *Revista USP*, São Paulo, no 23, set/out/nov 1994, p. 6/13. Sobre a questão do *lugarda* da produção historiográfica ver CERTEAU, M. "A operação histórica", in NORA, P. e LE GOFF, J. *História: Novos problemas*, 3a ed., Rio de Janeiro, 1988, p. 17/49.

Fora: EdUFJF, 1994 - é quase que a ruptura de um cerco . Num primeiro sentido, porque trata-se de um trabalho que, a par de estudar os intelectuais de Juiz de Fora no início do século, traz também uma inestimável contribuição ao estudo do empresariado mineiro, recuperando para a história um objeto que tem sido tratado quase que exclusivamente pela ciência política e pela sociologia . Em segundo lugar, porque o trabalho de Christo é um bom exemplo de como superar o dilema apontado por Zea . A incorporação de novas temáticas, como a construção do espaço urbano de Juiz de Fora, o esforço de “higienização” da cidade, que é destilado do projeto dos empresários locais, é conectada à preocupação de delimitar as condições em que emerge a prática social de empresários e intelectuais, no âmbito de uma sociedade cuja formação é caudatária do desenvolvimento da economia cafeeira e industrial, matriz de seu cosmopolitismo, aspecto que a distingue do Centro de Minas, apegado aos elementos típicos da “mineiridade”, conformados pelo seu passado colonial e minerador . Christo acerca-se de seu objeto articulando referências variadas, num esforço de elaboração teórica que se afasta da mera descrição, que ultimamente recuperou seu *status* acadêmico, de modo a apreender as múltiplas determinações que configuram o ambiente onde se desenrola a prática das forças sociais que analisa. Não obstante, se afasta de qualquer mecanicismo, enfatizando que é a *prática social* de indivíduos determinados que define o papel que vão desempenhar na sociedade global .

Neste sentido, a noção de *habitus* de Bordieu assume papel de relevo na elaboração de Christo³ . Através dela é possível desvendar como intelectuais oriundos das camadas médias urbanas, por via de sua escolaridade, da busca da cultura letrada, *signum* social por excelência, assumem crescentemente o papel de intelectuais vinculados aos projetos de fazendeiros e industriais da cidade. Tal destino social não é apresentado como uma condição inscrita na origem social dos principais personagens analisados, antes aparece como resultado de um longo processo de aquisição do *habitus* dos grupos fundamentais da sociedade de Juiz de Fora, num universo de alternativas restrito para os intelectuais, invariavelmente absorvidos no emprego público, no jornalismo e no magistério. Quanto a este último, destaca a autora como a absorção em um dos quatro projetos educacionais desenvolvidos na cidade era central às estratégias de

3 BORDIEU, P. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

sobrevivência dos intelectuais da Academia Mineira de Letras, grupo sobre o qual recai sua atenção específica. Tais projetos iam desde a proposta do ensino metodista, organizado segundo os princípios liberais norte americanos, até a implantação dos grupos escolares, orientados para a inculcação de hábitos de disciplina junto aos trabalhadores, passando pela proposta da Academia de Comércio, que, em sua primeira fase orientava-se para a formação de quadros dirigentes e intermediários para as elites econômicas locais, tendo se transformado no *locus* privilegiado para a estratégia de romanização da cidade, quando transferida para a Congregação do Verbo Divino. Embora, como salienta a autora, o ensino seja um "campo de tensões" entre perspectivas divergentes, neste momento seu "grande elemento constituinte é sua definição, *a priori*, por apenas um segmento social: a classe dominante", como se pode ver na indicação das propostas acima⁴.

A primeira parte do trabalho de Christo analisa a formação e trajetória dos intelectuais de Juiz de Fora no início do século, revelando como indivíduos de origem na classe média urbana, via de regra empobrecidos, sofrem um processo de "reconversão social" que os reeduca, na direção do *habitus* das elites econômicas de Juiz de Fora. O desenrolar deste estudo se faz com o exame pormenorizado da trajetória de diversos personagens, com destaque para Estevam de Oliveira, José Rangel e Eduardo de Menezes. Já na segunda parte, Christo debruça-se sobre os quatro projetos educacionais mencionados acima. Um aspecto saliente de seu estudo é o desvendamento de uma prática empresarial que se orienta para múltiplas direções, articuladas a um projeto claro de construção do espaço social e de definição dos aparelhos para edificação da hegemonia sobre a sociedade de Juiz de Fora. Neste sentido, Christo renova os estudos sobre o empresariado, que vêem-no como sujeito passivo de uma história permanentemente tecida apenas pela ação do Estado. Seu mérito consiste em analisar as forças da sociedade segundo a prática social que desenvolvem, não subsumindo-as em determinações abstratas, como, por exemplo, resulta da utilização da noção de patrimonialismo em vários estudos sobre Minas Gerais, que desqualificam, *in limine*, a ação dos grupos presentes na sociedade.

O trabalho de Christo constitui, junto com o de Silvia M. B.V. de Andrade - *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas*

4 CRISTHO, M. C. V., op. cit. p. 141.

(1912-1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987 - um marco na historiografia sobre a Zona da Mata Mineira, inaugurando um ciclo de estudos, que hoje se integram nas atividades do Núcleo de História Regional da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como trabalho de história regional, atende às expectativas de um estudo desta natureza, tal como indicado por Vera Alice Cardoso⁵. De acordo com esta autora a história regional oferece elementos insubstituíveis para estudos comparativos, funciona como um instrumento de teste das teorias estabelecidas, permitindo, sobretudo, o estudo das continuidades e descontinuidades nos processos de mudança econômica e social. O trabalho de Christo cumpre magnificamente esta finalidade, chamando a atenção dos historiadores para o risco que existe em generalizar modelos e abordagens, sem cair, entretanto, na descrição paroquial e na capitulação quanto às exigências de elaboração teórica na História. Num país com as diversidades do Brasil, os estudos regionais podem servir a processos de revisão historiográfica que, antes de recusar o diálogo com a produção existente, fazem deste a sua razão de ser, contribuindo para a construção de uma tradição historiográfica brasileira, que viria a ser a real novidade neste contexto de produção do esquecimento em que vivemos.

5 CARDOSO, V. "Regionalismo: enfoque metodológico e a concepção histórica." in SILVA, M. A. da (org.). República em migalhas: História regional e local. São Paulo: Cnpq/Marco Zero, 1990.